



**TEORIA LITERÁRIA
E O EVANGELHO DE MATEUS:
O PAPEL DO GÊNERO LITERÁRIO E DO
NARRADOR NA ECONOMIA NARRATIVA**

**LITERARY THEORY
AND THE GOSPEL OF MATTEW: THE ROLE
OF THE LITERARY GENRE AND THE
NARRATOR IN THE NARRATIVE ECONOMY**

João Cesário Leonel Ferreira

Bacharel em Teologia. Mestre em Ciências da Religião com concentração em Bíblia pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor no Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas (SP) e no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo (SP).

E-mail: leonel@mackenzie.br

RESUMO

O artigo propõe a necessária atenção aos aspectos literários presentes no evangelho de Mateus, para que a obra seja compreendida adequadamente. Para tanto, emprega como referencial a teoria literária, utilizada aqui por intermédio de elementos específicos, como o estudo do gênero literário e da configuração do narrador. Tais elementos são aplicados, a título de exemplificação, aos três primeiros capítulos do evangelho.

PALAVRAS-CHAVE

Evangelho de Mateus; Teoria literária; Gênero literário; Narrador; Narrativa.

ABSTRACT

The article proposes the necessary attention to the literary aspects present in the Gospel of Matthew so that the work is understood adequately. To do so, employs the literary theory as referential, used here by means of specific elements, such as the study of the literary genre and the configuration of the narrator. These elements are applied, by way of examples, to the first three chapters of the gospel.

KEYWORDS

Gospel of Matthew; Literary theory; Literary genre; Narrator; Narrative.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os evangelhos canônicos, o de Mateus foi o mais querido e apreciado no decorrer da história da Igreja. Agostinho e Calvino, por exemplo, atribuíam papel de excelência a ele.

Por decorrência, nessa mesma história, o texto foi lido das mais variadas formas. O objetivo aqui não é inventariar tais práticas, mas analisar, de modo particularizado, uma das abordagens dentre outras praticadas no estudo do evangelho em meios acadêmicos.

O que se propõe neste artigo é a importância e a relevância do estudo do evangelho de Mateus mediante recursos da teoria literária. A proposição é relevante por opor-se a outras leituras, tal como a literalista, que vê no texto bíblico unicamente a mera transposição de fatos passados, em uma perspectiva hermenêutica e literária ingênua, serva de um historiografismo exacerbado. A segunda leitura que se deseja confrontar é a crítica, que, com sua hermenêutica da suspeita, trabalha com um *a priori* negativo a respeito da própria concepção da Escritura.

O pressuposto assumido é que a Bíblia, como “palavra” de Deus, implicada aqui a idéia de comunicação, atinge seus objetivos em primeiro lugar como texto, ou seja, como literatura. Portanto, é necessário que nós, seus “leitores”, entendamos os mecanismos pelos quais ela se comunica conosco.

Este trabalho irá se limitar, diante de inúmeras possibilidades, a discutir a não-aceitação do caráter literário do evangelho por segmentos acadêmicos, a propor a definição do gênero literário do evangelho de Mateus, bem como a sua pertinência, e a aplicar os elementos identificados na análise dos primeiros três capítulos do evangelho.

2. MATEUS COMO TEXTO NÃO-LITERÁRIO

Nem sempre Mateus foi entendido como texto contendo características literárias. Para ser mais exato, apenas recentemente os estudos neotestamentários começaram a

reconhecê-lo e a estudá-lo como tal. O objetivo deste tópico é investigar a razão para tal atitude, adiantando que ela se encontra na definição de Mateus, Marcos, Lucas e João como “evangelhos”.

Justino Mártir foi o primeiro estudioso a usar a forma plural ao referir-se aos “evangelhos” na segunda metade do século II d.C (KÜMMEL, 1982, p. 34; AUNEAU, 1986, p. 20). O evangelho de Marcos, especialmente, contribuiu para tal, visto que traz no primeiro versículo a frase: “Princípio do *evangelho* de Jesus Cristo, Filho de Deus”¹ (Mc 1:1 – grifo nosso). Ao ser entendida como o título do livro, por decorrência a frase qualificou-o como “evangelho”. Embora os outros três não contenham a definição², foram recebidos de modo análogo por testemunharem um mesmo evangelho e em virtude de seu conteúdo.

É necessário, neste momento, perguntar acerca dos objetivos pelos quais determinados elementos são unidos em uma narrativa sobre Jesus Cristo. Essa indagação deriva de outra mais ampla que questiona: com quais objetivos se identifica um gênero literário? Culler (1999, p. 75) responde:

O que são gêneros e qual é seu papel? Termos como *épica* e *romance* são simplesmente maneiras convenientes de classificar as obras com base em semelhanças grosseiras ou eles têm funções para os leitores e escritores?

Para os leitores, os gêneros são conjuntos de convenções e expectativas: sabendo se estamos ou não lendo uma história policial ou uma aventura amorosa, um poema lírico ou uma tragédia, ficamos à espreita de coisas diferentes e fazemos suposições sobre

¹ A tradução bíblica utilizada neste texto é a de João Ferreira de Almeida, 2ª edição revista e atualizada, de 1993.

² Os evangelhos trazem em seu início: Mateus (1:1) – “Livro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão”; Lucas (1:1-4) – “Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído”; João (1:1) – “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”.

o que será significativo. Lendo uma história policial, procuramos pistas de uma maneira que não fazemos quando estamos lendo uma tragédia (grifo do autor).

Os gêneros literários, portanto, exercem a função de orientar as expectativas dos leitores. Volta-se, então, à pergunta: com qual objetivo os evangelhos, como gênero literário, foram escritos? A resposta tradicional é que seu intento era manifestar a pregação da Igreja a respeito de Jesus Cristo, ou, usando a terminologia neotestamentária, apresentar seu querigma³.

Os evangelhos procuravam orientar a vida das comunidades cristãs diante de problemas internos – questões morais, conflitos de relacionamento, falta de fé etc. – e externos – confrontos com opositores judeus e, em alguns momentos, com o governo romano. Além disso, buscavam motivar os fiéis a proclamarem a salvação em Jesus Cristo aos de fora da comunidade cristã.

A pesquisa bíblica do início até meados do século XX entendeu que esses conteúdos derivariam de coletâneas de tradições orais e blocos de escritos do cristianismo primitivo sem muito nexos entre si, que, agrupados, dariam origem aos evangelhos. Por isso mesmo enfatizou pequenas unidades de sentido, como ditos de Jesus e relatos curtos de sua ação dentro de blocos temáticos maiores como narrativas da infância (Lc Mt 1; 2); narrativas da paixão (Mt 26-27; Mc 14-15; Lc 22-23; Jo 18-19); narrativas de controvérsias (cf. Mt 12:1-45; Mc 2:1; 3:6); discursos⁴ etc. Todos esses elementos teriam sido coletados pelos evangelistas e reunidos sem maiores cuidados com a unidade do texto final, buscando, antes, priorizar o caráter traditivo do material.

Como produto final desse processo, os evangelhos formariam um tipo de texto sem paralelo na literatura, fruto do trabalho de compilação dos evangelistas. Moule (1979, p. 17) afirma:

³ O termo grego κήρυγμα (querigma) é traduzido como proclamação, pregação. Para uma lista de autores que defendem os evangelhos como querigma da Igreja Primitiva sobre Jesus, cf. Talbert (1977, nota n. 5, p. 2).

⁴ Cf. o mais famoso deles – o Sermão do Monte (Mt 5-7).

Ele⁵ não possui paralelo verdadeiro que o tenha precedido. É o primeiro exemplo existente de um novo gênero literário: é aquilo que temos aprendido a denominar de “Evangelho”.

Tal perspectiva de análise foi desenvolvida pelos adeptos da crítica das fontes e das formas⁶. Rudolf Bultmann (1963, p. 374 e 369)⁷, um dos principais propositores da análise formal, é categórico: “[O evangelho] é uma criação original do Cristianismo”; e “O evangelho é um produto da Igreja Helenística”. Vinculando querigma e evangelho, Bultmann (2004, p. 132, grifo do autor) conclui:

Assim como do querigma se desenvolvem fórmulas sempre mais precisas e fixas, que, paulatinamente, se cristalizam em símbolos, do mesmo modo também se desenvolve a partir dele a *forma literária do Evangelho*.

É necessário ressaltar que o critério pelo qual os métodos avaliam o processo de produção dos textos direciona suas conclusões a respeito do gênero literário a que eles pertencem. A definição dos evangelhos como literatura própria do cristianismo nascente sem conexões com outras formas literárias parece ser uma consequência lógica do diminuto papel atribuído nesse processo aos escritores, segundo os proponentes de tais métodos. Para eles, as discrepâncias, os problemas históricos e outras dificuldades com os textos são atribuídos à inabilidade dos evangelistas que, como coletores de tradições, foram incapazes de compor um texto coeso. Tal abordagem concebia os evangelhos como uma colcha de retalhos composta por diversos fragmentos textuais de procedências as mais variadas. Na realidade, eles eram tidos como baixa literatura, longe de qualquer comparação com os escritos da cultura literária da época.

⁵ Refere-se ao evangelho de Marcos. Mas pode-se, sem desvirtuar o sentido da citação, expandi-la aos demais evangelhos canônicos.

⁶ Moule (1979, p. 14) afirma explicitamente que trabalha com a crítica das formas em seu livro *As origens do Novo Testamento*: “Este livro considera o Novo Testamento à luz da ‘crítica das formas’”.

⁷ Todas as citações de obras estrangeiras, quando não indicado o tradutor nas referências bibliográficas, foram por nós traduzidas.

Fundamentais para que se chegasse a esse tipo de conclusão foram as afirmações de Martin Dibelius (1984), um dos fundadores da crítica das formas, distinguindo entre “literatura maior” e “literatura menor”. A literatura bíblica, mais particularmente a neotestamentária, se incluiria na última categoria. Embora não defina com clareza o que entende por “literatura maior”, Dibelius (1984, p. 18) fornece uma idéia ao escrever que a análise estética “somente se justifica dentro da literatura maior, já que apenas nesse campo o estilo é fruto da capacidade e gênio pessoal dos autores”. Para ele, a “literatura maior” configura-se como um autor com capacidade estética e estilística pessoais. Sobre a “literatura menor”, comenta:

Entendo como tal o estado inferior da literatura que não conta com recursos artístico-literários, não está determinado pelas orientações típicas dos escritos qualificados como obras artísticas nem se dirige ao mesmo público que estes (DIBELIUS, 1984, p. 13).

Em oposição à primeira classificação, essa se apresentaria despida de qualidades literárias próprias de obras escritas com objetivos e recursos literários. Decorrente dessa definição é sua avaliação dos autores dos textos evangélicos:

A seus autores [dos evangelhos sinóticos] somente se pode considerar escritores no sentido mais amplo do termo, pois fundamentalmente são simples re-compiladores, transmissores ou redatores. Sua atividade consiste sobretudo em transmitir, agrupar e re-elaborar um material transmitido (DIBELIUS, 1984, p. 14).

Especificamente sobre os autores dos evangelhos de Mateus e de Marcos, à luz das considerações anteriores, Dibelius (1984, p. 14) afirma: “Nos casos de ‘Mateus’ e ‘Marcos’ as possibilidades de falar de ‘personalidades literárias’ são, por conseguinte, muito reduzidas”. Torna-se claro, portanto, como tais observações sobre os textos evangélicos e seus autores levaram a uma consideração e a uma prática na análise desses textos que os distanciaram dos procedimentos empregados no exame de obras literárias.

Para boa parte da academia teológica, “evangelho” passou a identificar textos pobres e sem características literárias.

3. MATEUS COMO TEXTO LITERÁRIO – A QUESTÃO DO GÊNERO

Em oposição à consideração do item anterior, este propõe o entendimento do evangelho de Mateus como literatura, e seu estudo como tal. A base para a afirmação encontra-se na definição do gênero literário do evangelho. Propomos a identificação com a “biografia greco-romana”.

De modo generalizado, admite-se que a biografia grega surgiu no século IV a.C.⁸ com Aristoxeno, filósofo peripatético e aluno de Aristóteles (cf. KÖSTER, 1988, p. 183; BURRIDGE, 1999, p. 72; LESKY, 1969, p. 721-2). Pelo fato de o gênero apresentar um caráter flexível, torna-se útil definir quais seriam as características básicas e aquelas que se identificariam como secundárias. Charles Talbert (1988, p. 55-60; 1992, v. 1, p. 746-8) elabora bons sumários desses itens e se constituirá na base dos parágrafos que se seguem.

Uma primeira característica é que o biografado deve ser uma figura “distinta ou notória (reis, generais, filósofos, figuras literárias, legisladores, santos) e que o objetivo da exposição deve ser a essência da pessoa” (TALBERT, 1988, p. 55). Esse elemento de distinção e particularidade é fundamental, visto que diferencia a biografia de outros gêneros, como a história, por exemplo, que situava os feitos de uma pessoa dentro de um amplo quadro político e social. É da natureza da biografia procurar aquilo que Plutarco (1992, v. 4, 1, p. 133) chama de “sinais da alma” do biografado.

Um segundo elemento de caracterização é a seletividade com a qual a biografia era escrita. Ele, aliás, é um dos itens que distinguem a biografia da história, visto que essa “buscava fornecer um relato detalhado em termos de causas e efeitos” (TALBERT, 1988, p. 56), agregando a maioria de dados possíveis para sua elaboração. A seletividade procurava realçar o caráter da pessoa sobre a qual se discorria. Para atingir esse fim, um dos principais critérios de seletividade era a descrição ética do indivíduo.

⁸ O termo “biografia”, como nomeação específica de gênero literário, não foi cunhado até o final do século V d.C. Até então escritores gregos usavam a palavra *bios* e os romanos, *vita*, para essa literatura.

Em contrapartida, há as características secundárias da biografia. Elas são em maior número do que as centrais. Inicialmente, segundo Talbert (1988, p. 56), “não é correto descrever a antiga biografia como um relato da vida de um homem do nascimento até sua morte”. Cita as obras de Nepo, *Miltiades*, *Aristides*, *Pausanias*⁹, como exemplos de biografias que iniciam com a vida adulta do herói. Outras, diferentemente, começavam com o nascimento e terminavam antes da morte do protagonista, como em *Vida de Augusto*¹⁰, de Nicolau de Damasco, que se encerra com a entrada de Augusto na Guerra Civil.

Em segundo lugar, “o herói é descrito por intermédio de suas ações e também por meio de gestos insignificantes ou de palavras sem importância” (TALBERT, 1988, p. 56).

Em terceiro, “não há praticamente nenhum interesse em traçar o desenvolvimento do biografado” (TALBERT, 1988, p. 56). Entre os autores biográficos não existiam preocupações psicologizantes e subjetivas, bem como não registravam etapas cronológicas para emoldurar os períodos da vida de uma pessoa. Ao contrário, ela era descrita de modo acabado. Havia, sim, uma estruturação mais tópica ou lógica do material. Stanton (1974, p. 123) lembra que:

Ao invés de traçar o desenvolvimento do personagem, antigos escritos biográficos, de Platão em diante, geralmente começavam e terminavam com a vida adulta do biografado.

A citação também corrobora a primeira característica anotada antes.

Em quarto,

algumas biografias tinham como objetivo afetar o comportamento ou opinião de seus ouvintes positiva (cf. Plutarco) ou negativamente (cf. *Alexandre*¹¹, de Luciano de Samosata); outras parecem não ter tido um objetivo propagandístico evidente (TALBERT, 1988, p. 56, grifo do autor).

⁹ Fazem parte de seu livro *Vida de eminentes comandantes*, escrito entre 35-32 a.C.

¹⁰ Escrito no século I a.C.

¹¹ Escrito por volta de 180 d.C., critica um falso sacerdote de Asclépio que empresta seu nome ao título da obra.

A influência positiva se daria mediante a imitação, o que não implicava uma mera repetição do modelo proposto, mas o aprendizado de como se postar diante da vida e de situações que gerariam um comportamento próprio daquele que buscava o modelo. A influência negativa se manifestaria pela exposição ao ridículo do biografado.

Em quinto, “a ‘vida’ de um biografado poderia ser descrita em termos mitológicos” (TALBERT, 1988, p. 57). Como exemplos podem ser mencionadas as biografias de *Rômulo*, por Plutarco, e a de *Augusto*¹², por Suetônio. Em geral, o emprego do mito se dava para descrever a ação de heróis na fundação de cidades, impérios, religiões e escolas filosóficas.

Em sexto,

a forma literária na qual as ‘vidas’ são apresentadas é variável. A forma dominante é a narrativa em prosa similar à história, com a exceção de que ela usa anedotas e não tem preocupações com causa e efeito (TALBERT, 1988, p. 57).

Outras expressões literárias poderiam ser empregadas, no entanto. Exemplos são a *Vida de Eurípides*¹³, de Sátiro, escrita em forma de diálogo, o uso do encômio¹⁴ e de ditos do biografado.

Em sétimo, “antigas biografias exerciam uma multiplicidade de funções sociais” (TALBERT, 1988, p. 57). Vários componentes secundários à caracterização da biografia retornam nesse item. Dentre as funções sociais, podem ser citadas: 1. apresentar o biografado como figura ideal, levando seus leitores a aceitar sua autoridade ou imitar seu modo de vida; 2. defender o biografado contra o entendimento equivocado da parte de seus seguidores ou de estranhos, de modo que sua verdadeira personalidade fosse revelada e sua influência, exercida; 3. desacreditar o biografado mediante sua exposição

¹² Pertence à obra *A vida dos doze césares*, escrita por volta de 120 d.C.

¹³ Escrita no início do século II a.C.

¹⁴ “Inventado por Simônides de Ceos, poeta grego do século V a.C., o encômio consistia num canto entoado durante um festim em louvor do anfitrião. Com o tempo, passou a designar todos os cantos de exaltação a alguém, sobretudo heróis na guerra e nos jogos olímpicos, executados em qualquer parte, mas distinguiam-se dos hinos por se destinar a um homem e não a um deus. Mais tarde, veio a denominar todo escrito ou discurso que contivesse elogio a uma pessoa” (MOISÉS, 2002, p. 171-172).

ao ridículo; 4. indicar onde a verdadeira tradição se encontra no presente – essa perspectiva manifesta-se especialmente nas biografias de fundadores de escolas filosóficas que trazem não apenas a vida do fundador, mas também uma lista de narrativas breves de seus sucessores e de outros discípulos escolhidos; 5. servir como uma ferramenta hermenêutica para legitimar o ensino do biografado, mostrando que sua vida corresponde ao seu ensino ou para fornecer uma chave interpretativa para a leitura de suas obras (TALBERT, 1988, p. 58-9).

A exposição de Talbert é bastante didática e permite avançar na caracterização da biografia greco-romana, não apenas identificando aquilo que a define especificamente, mas também os elementos que lhe são secundários, ou seja, que não são obrigatoriamente necessários para que um texto se defina como biográfico.

4. ANÁLISE LITERÁRIA DE MT 1-3

Para efeito de delimitação e análise, as observações seguintes irão se circunscrever aos primeiros três capítulos do evangelho de Mateus.

Nesses capítulos, bem como no decorrer do evangelho, estão em ação alguns elementos da teoria literária, como *narrador*, *personagens* e *cenários*. É importante, neste momento da análise, reconhecer a interligação entre os elementos teórico-literários enunciados antes e o contexto no qual o texto é produzido: o do mundo greco-romano e judaico. Para efeito didático, serão notadas as características literárias inicialmente, para, em seguida, identificar como elas operam dentro do gênero biográfico.

Todo texto narrativo surge de uma voz que o enuncia: o narrador. Nesse sentido, o evangelho de Mateus apresenta de forma clara a onisciência editorial, mais conhecida como “narrador onisciente”, definida por Friedman (1961, p. 126) como

um ponto de vista completamente ilimitado – e difícil de controlar. A história pode ser vista de qualquer um ou de todos os ângulos: de uma perspectiva divina além do tempo e espaço, do centro, da periferia ou de frente. Nada impede o autor de

escolher qualquer deles, ou de mudar de um ao outro com frequência ou raramente conforme queira.

O leitor tem acesso a todo tipo de informação, sendo característico desta categoria os pensamentos, sentimentos e percepções do próprio autor; ele é livre não somente para informar-nos sobre as idéias e emoções que estão na mente de seus personagens mas também as suas próprias. A marca característica, então, da Onisciência Editorial, é a presença da intrusão autoral e de generalizações sobre a vida, maneiras e moral, que podem ou não ser explicitamente relacionadas com a história que está sendo contada.

A expressão desse narrador onisciente se manifesta particularmente nos primeiros dois capítulos de Mateus. A relevância em identificá-lo se encontra no fato de que ele se propõe a conduzir o leitor na identificação de Jesus Cristo, fornecendo dados que serão fundamentais para a compreensão do evangelho. Em outras palavras, o narrador educa seu leitor a compreender adequadamente os elementos relativos a quem é Jesus, de onde vem e qual sua missão. A partir desses dados, que passam a fazer parte da enciclopédia de conhecimento dos leitores¹⁵, os próximos capítulos apresentarão um narrador mais contido, trabalhando em um segundo plano narrativo.

O evangelho começa com as palavras “Livro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão”, surgidas de um narrador em terceira pessoa não identificado e que não esclarece a fonte dos dados apresentados, como fará, em contrapartida, na continuação do capítulo e no próximo, ao vincular acontecimentos da vida de Jesus com textos proféticos¹⁶.

¹⁵ Expressão utilizada por Umberto Eco (2001, cap. 5), a enciclopédia do leitor-modelo, aquele leitor que é projetado pela própria obra, implica determinado conhecimento que o leitor possui e que é necessário para compreender a história, ou o conhecimento acrescentado no decorrer da leitura à enciclopédia. A referência diz respeito a esse segundo sentido. O narrador fornece nos dois primeiros capítulos de Mateus informações necessárias para que o leitor compreenda adequadamente o restante do evangelho.

¹⁶ Cf., por exemplo, Mt 1:22-3, que esclarece aos leitores que o nome “Emanuel” significa “Deus conosco”. O texto faz referência ao profeta Isaías (7:14): “Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emanuel”.

Como demonstração de sua onisciência, o narrador resume a história de Israel, partindo de sua origem em Abraão e chegando a Jesus Cristo.

Do mesmo modo, narra a situação tensa que envolve José e Maria diante da gravidez inusitada (Mt 1:18-25). Somente como onisciente ele pode declarar que Maria estava grávida sem que houvesse coabitado com seu marido (Mt 1:18). Diante do impasse de José, o narrador entra em seu íntimo, dando a conhecer ao leitor o sonho no qual um anjo esclarece o que está ocorrendo (Mt 1:20). Essa revelação o impede de levar avante a decisão de abandonar a esposa (Mt 1:19) em lugar de acusá-la diante das autoridades religiosas como adúltera. O narrador fornece a interpretação final do ocorrido mediante a citação do profeta Isaias sobre a virgem que conceberia. E, finalmente, garante que após esses acontecimentos José seguiu a orientação do anjo, não tendo relações sexuais com a esposa enquanto a criança não nascesse (Mt 1:15).

O Capítulo 2 mantém o nível onisciente editorial da narração. Magos vêm a Jerusalém buscando o recém-nascido rei de Israel. O narrador informa ao leitor que o falso rei Herodes mandou chamá-los “secretamente” para inquiri-los sobre o aparecimento da criança (Mt 2:7). Relata igualmente o conteúdo do sonho dos magos – o aviso divino para não voltarem a se encontrar com Herodes –, que os fez retornar ao Oriente por outro caminho (Mt 2:12).

O recurso à revelação mediante sonhos retorna ao casal José e Maria quando são instados a fugir de Herodes para o Egito, revelando a intenção do monarca: “porque Herodes há de procurar o menino para o matar” (Mt 2:13). O narrador informa ao leitor que os pais de Jesus tomaram conhecimento da morte de Herodes por intermédio do aparecimento de um anjo em sonho orientando-os a retornarem para a terra de Israel (Mt 2:20).

Com o início do Capítulo 3, contudo, há uma mudança de estratégia narrativa. O narrador não se mostra mais em sua plena onisciência. Agora ele se torna onisciente neutro, ou seja, ele mantém a onisciência sobre o que acontece na trama, mas não interfere nela avaliando personagens e manifestando sua opinião, preferindo transferir tais atributos aos personagens, especialmente a Jesus.

Como onisciente, o narrador se desloca de Nazaré, na Galiléia, onde residiam Jesus e sua família (Mt 2:23), para a Judéia, no deserto, onde se encontra João Batista. Ele continua a vincular fatos com a respectiva interpretação mediante textos do Antigo Testamento, nesse caso, a pregação de arrependimento por João Batista (Mt 3:1-3) como cumprimento do texto de Isaías (40:3).

É significativo que diante da presença de fariseus e saduceus¹⁷ que vêm em busca do batismo de arrependimento com João Batista (Mt 3:7) o narrador coloca na boca de João a interpretação de tal atitude: “Raça de víboras, quem vos induziu a fugir da ira vindoura?”, em vez de comunicá-la diretamente aos leitores, como faria na posição onisciente intrusa. Do mesmo modo, a revelação do pensamento arrogante com o qual os religiosos se julgavam filhos de Abraão, portanto, sem necessidade de arrependimento¹⁸, é expresso pelo personagem e não pelo narrador: “e não comeceis a dizer entre vós mesmos: Temos por pai a Abraão; porque eu vos afirmo que destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão” (Mt 3:9).

O narrador onisciente limita-se a apresentar os personagens em novos cenários, em alguns momentos com indicações cronológicas, e a introduzir suas falas e ações.

Voltando o foco para a relação entre o evangelho de Mateus, mais especificamente seus três capítulos iniciais, e o gênero ao qual pertence, dentro da dinâmica de operação dos elementos literários que configuram uma narrativa e a manifestação deles na economia do texto, pode-se dizer, inicialmente, que o acréscimo, pelo narrador, da narrativa da infância ao evangelho, capítulos 1 e 2, indica o caráter seletivo¹⁹ que pretendia tornar Mateus mais próximo da biografia do que sua

¹⁷ Representam dois dos principais grupos religiosos da época. O primeiro, composto em sua maioria por religiosos leigos e extremamente zelosos do judaísmo legalista no tempo de Jesus, tornou-se o grupo predominante no período em que o evangelho de Mateus foi escrito. O segundo, formado principalmente por pessoas abastadas, sem maior influência sobre o povo, nutria uma interpretação liberal do Antigo Testamento, não aceitando a ressurreição, os anjos e os espíritos, por exemplo.

¹⁸ Havia um forte apelo a genealogias que unissem o indivíduo à sua origem em Abraão. Se o parentesco fosse comprovado, ele seria um judeu de linhagem pura; portanto, intimamente ligado a Deus.

¹⁹ Cf. a segunda característica principal da biografia.

fonte – Marcos –,²⁰ uma vez que apresenta as origens de Jesus Cristo, de conformidade com os elementos descritivos da origem do biografado: indicações de ascendência nobre, cidade e pátria (BERGER, 1998, p. 314). Dessa forma, os ancestrais de Jesus são alistados em uma genealogia (Mt 1:1-17), dentre os quais se destaca o rei Davi (Mt 1:1); é relatada a vinda de magos do Oriente para adorar a criança, reconhecendo-a como rei (Mt 2:1-12); e José, Maria e a criança fogem para o Egito, temendo a ameaça representada pelo rei Herodes (Mt 2:13-23). Após a morte daquele que pretendia assassinar a criança, sua família retorna à Palestina e informa-se o local para onde se dirigem: Nazaré (Mt 2:23).

Outro aspecto se manifesta no modo como o evangelho é desenvolvido cronologicamente. Conforme enuncia Talbert (1988, p. 56), não havia interesse em traçar o desenvolvimento do biografado, dentro de um quadro cronológico, entre os escritores greco-romanos. De modo específico,

Plutarco também não faz nenhum esforço para adotar uma cronologia precisa; as expressões cronológicas que ele usa são quase todas vagas, frases como “por volta daquele tempo”, “algum tempo depois disso”, são comuns (STANTON, 1974, p. 120).

Daí não apresentarem as biografias um rígido esquema temporal. Esse era substituído por uma abordagem temática. Tempo e espaço eram subjugados com o fim de realçar o caráter do indivíduo.

Tais aspectos formais são claramente visíveis em Mateus. Quais são as indicações de tempo e espaço? A genealogia, que vincula Jesus à história de seu povo, o faz de modo artificial, ao relatar que “todas as gerações, desde Abraão até Davi, são catorze; desde Davi até ao exílio na Babilônia, catorze; e desde o exílio na Babilônia até Cristo, catorze” (Mt 1:17). Quanto ao tempo e ao local do nascimento da criança, apenas se anuncia que nasceu “em Belém da Judéia, em dias do rei Herodes [...]” (Mt 2:1). Da infância, cujo último relato informa o retorno da família do Egito, passando a residir em

²⁰ O evangelho de Marcos (1:9) apresenta Jesus em sua vida adulta. A primeira referência a ele é: “Naqueles dias, veio Jesus de Nazaré da Galiléia e por João foi batizado no rio Jordão”.

Nazaré da Galiléia (Mt 2:22-3), passa-se imediatamente para a vida adulta, quando o Cristo, homem feito, apresenta-se a João Batista para ser batizado no rio Jordão (Mt 3:13). Esse momento é registrado cronologicamente com a expressão genérica: “Por esse tempo [...]”, semelhante àquelas utilizadas por Plutarco e registradas no parágrafo anterior.

A espacialidade, representada pelos *cenários*, um dos componentes centrais de uma narrativa, é tratada, igualmente, de modo generalizante, prestando-se a indicar o contexto no qual Jesus Cristo atuou, sem maiores detalhes.

Em Mateus a geografia parece indicar focos de aceitação e rejeição. Jerusalém é o local onde são erguidas barreiras de oposição a Jesus desde o princípio. Pode-se constatá-la logo após seu nascimento quando Herodes, o rei cujo poder situava-se em Jerusalém, tomando conhecimento do fato, alarma-se “e, com ele, *toda a Jerusalém*” (Mt 2:3, grifo nosso).

Ao final do ministério de Jesus, Jerusalém retorna à cena como o local onde ele será martirizado. Nela os fariseus são criticados por Jesus e buscavam prendê-lo (Mt 21:45-6; 22:15; 23). Na cidade santa Jesus é morto. O próprio Jesus tinha consciência do papel de Jerusalém em sua vida, reconhecendo que percorreria o mesmo caminho dos profetas mortos na cidade antes dele: “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados” (Mt 23:37a).

Apesar disso, contudo, a geografia se manifesta sinalizadora da aceitação de Jesus e de sua mensagem. Assim se dá com Belém, cidade onde José e Maria são acolhidos e Jesus nasce (Mt 2:1). Igualmente, o Egito é uma terra de refúgio para a família do recém-nascido diante das ameaças de Herodes (Mt 2:13-15), assim como a Galiléia, para onde se dirigem em seu retorno procurando manterem-se distantes da influência dos monarcas de Jerusalém (Mt 2:19-22).

Focando de modo mais específico a análise de *conteúdo* do evangelho, tem-se como ponto principal na biografia a apresentação do caráter do biografado, a revelação de sua essência. A descrição se dá de forma acabada. O personagem principal surge e, no transcorrer do texto, permanece inalterado (BERGER, 1998, p. 313). Não há interesse em mostrar como evoluiu, assimilou valores e permitiu-se transformar na interação com pessoas e situações.

Quem é o protagonista do evangelho de Mateus? A resposta se encontra no modo como o narrador o nomeia. A caracterização é apresentada de modo particular no bloco que antecede o início de seu ministério público (Mt 1:1-4:16), cuja função é indicar quem é o homem que operará milagres e proferirá ensinamentos ao povo. Os atos, por sua vez, segundo a concepção biográfica, confirmarão aquilo que se afirmou sobre ele.

Nos textos que preparam o ministério de Jesus, várias vozes dão testemunho dele – eis aqui a importância da identificação do papel dos personagens na narrativa. A primeira é a do narrador. No primeiro versículo do livro ele apresenta os títulos: Cristo, filho de Davi e filho de Abraão. O primeiro, Χριστός (Christos), é a forma grega do termo hebraico מָשִׁיחַ (Messiah), que significa “ungido, escolhido”, e, por decorrência, “enviado” (CARTER, 2002, p. 87). Esse título, unido a Jesus, torna-se um nome próprio, “Jesus Cristo”, que será usado raras vezes no evangelho. Cristo é utilizado de forma isolada para indicar o caráter de Jesus como o enviado de Deus (Mt 1:16-17). No período em que Jesus viveu, havia a expectativa entre os judeus de que nos últimos tempos Deus enviasse seu ungido. João Batista, compartilhando dessa espera, ao ouvir sobre as ações de Jesus, procura saber se ele é “aquele que estava para vir” (Mt 11:2-3).

Embora o narrador em Mt 1:1 não explicita qual é a missão do Cristo, ela se torna clara na indicação dos títulos seguintes. Ele é “filho de Davi” (Mt 1:1). A genealogia (Mt 1:1-17) se propõe a indicar como Jesus Cristo, por meio de seu pai adotivo, José (Mt 1:16), participa da linhagem davídica. Como tal ele é chamado pelos magos, outra voz a testemunhar sobre Jesus, de “rei dos judeus” (Mt 2:2). O elo entre os títulos “Cristo” e “rei dos judeus” se encontra em Mt 2:4 pela inquirição feita por Herodes aos religiosos sobre o lugar onde deveria nascer o “Cristo”. A resposta indica que ele deveria surgir como rei da “casa de Davi” (Mt 2:5-6). O título, portanto, possui um caráter messiânico e está intimamente ligado ao povo de Israel.

A caracterização seguinte, ainda pelo narrador, “Filho de Abraão” (Mt 1:1), apresenta uma conexão mais ampla. Afinal, Jesus, o Cristo, antes de ser descendente de Davi, o é

de Abraão, como, nesse sentido, o é todo Israel. Se o título anterior vincula a vida e o destino de Jesus ao seu povo, este lembra a origem de Israel e sua missão. Abraão foi chamado por Deus para que nele fossem “benditas todas as famílias da terra” (Gn 12:3). O povo de Israel surge sob essa promessa e deve propagá-la. Jesus inicia seu ministério no norte da Palestina, conhecida como Galiléia dos “gentios” (Mt 4:15). O final do evangelho reafirma o objetivo de levar a mensagem de Jesus a todos os povos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28:19). “Filho de Abraão” indica, então, não a consangüinidade, mas o seguimento do exemplo. Religiosos criticaram João Batista por exigir que se arrependessem, justificando sua postura por serem “filhos de Abraão”, ao que ouviram o profeta dizer: “destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão” (Mt 3:9).

Como o Cristo, filho de Davi e de Abraão desenvolve sua missão? A própria narrativa da infância responde por meio do próximo título atribuído por um anjo a Jesus. Em aparição a José, ele indica o nome que a criança deveria receber, bem como a explicação: “e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles” (Mt 1:21). O nome é a forma grega de seu equivalente hebraico יהושע (Josué), com o sentido de “o Senhor salva”. Em seguida menciona-se outro designativo: “Emanuel”, transliteração da palavra hebraica עִמָּנוּאֵל, que, como o próprio texto traduz, significa “Deus conosco” (Mt 1:23). Ouve-se, aqui, a voz das Escrituras do Antigo Testamento testemunhando sobre a criança. Antes de ser um nome ou título, Emanuel traduz a missão de Jesus – estar junto de seu povo representando o próprio Deus. A passagem baseia-se em Isaías 7:14. O rei de Judá, Acaz, encontrava-se sob a ameaça da coligação dos reis da Síria e de Israel. Deus revela ao rei que o livraria do perigo, e, como sinal, a virgem conceberia e a criança deveria se chamar Emanuel. É clara a conexão com o texto mateano. Jesus, nascido da virgem, é sinal de que Deus está com o seu povo.

Testemunho igualmente escriturístico se encontra na palavra dos principais sacerdotes e escribas a Herodes, ao responderem à sua indagação sobre o local onde nasceria o Cristo. Em “Belém”, dizem eles, para que se cumpra a palavra profética registrada em Miquéias 5:1, associada a 2 Samuel 5:2,

que se refere a Davi como aquele que “apascentará meu povo Israel”, e é atribuída a Jesus. Portanto, como Cristo, Filho de Abraão e de Davi, Jesus será Deus presente entre seu povo, apascentando-o e salvando-o.

Outra voz a manifestar-se a favor de Jesus é a de João Batista. Sua pregação prepara o caminho do Senhor (Mt 3:3), chamando o povo ao arrependimento (Mt 3:2). As palavras em seu discurso possuem conotação apocalíptica, vinculando a presença do Cristo à chegada dos últimos tempos, que trarão julgamento e salvação²¹. A visão do tempo que chega ao seu limite é manifesta pela proclamação do “reino dos céus” na pregação do Batista e do próprio Jesus (Mt 3:2; 4:17), quando Deus instaurará pleno domínio sobre todos os seres humanos.

Por fim, soma-se a esses títulos o de “filho de Deus”, que para Kingsbury (1986, p. 37) e Hagner (1993, v. 1, p. lxi) é o principal. O *status* explica-se pelo fato de que os demais títulos são introduzidos no enredo pelo narrador e outros personagens, enquanto esse surge da boca de um personagem diferenciado, o próprio Deus. No batismo de Jesus ele interfere pessoalmente declarando: “este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3:17). Embora já tenha ocorrido a comunicação entre céu e terra por intermédio de anjos, nada se compara com a manifestação da voz celeste afirmando que aquele que anteriormente foi apresentado com vários títulos é, acima de tudo, seu filho. É claro, portanto, que há um diferencial nessa forma de apresentar Jesus Cristo. Contribui para essa observação o fato de que, antes de iniciar seu ministério público, Jesus foi tentado pelo diabo com o questionamento de sua filiação divina. Por duas vezes o tentador indagou: “Se és filho de Deus” (Mt 4:3; 6). No contexto da relação entre Deus e Jesus, este constantemente dirige-se a Deus como “meu Pai” (Mt 7:21; 10:32; 11:25-7; 12:50; 15:13 etc.). O título representa, então, uma síntese e ao mesmo tempo a plenitude a que os demais chegam. A exclamação de Pedro a Jesus constrói essa relação: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo” (Mt 16:16). O Cristo, enviado, não é outro senão o próprio Filho de Deus.

²¹ Cf. com a parábola do joio, na qual é deixada para o final dos tempos a separação entre trigo e joio (Mt 13:28-30). Segundo João Batista, esse momento já chegou.

A identificação das manifestações do narrador, dos personagens e dos cenários, somada aos títulos atribuídos a Jesus nos três capítulos iniciais de Mateus, analisados no contexto do gênero biográfico a que o livro pertence, permite a compreensão mais adequada desses conteúdos e daqueles que surgem, como desenvolvimento deles, na seqüência do evangelho.

5. CONCLUSÃO

Pretendi, com este texto, chamar a atenção para alguns aspectos centrais no estudo do evangelho de Mateus. O primeiro deles é a recepção do texto como literatura, em oposição a uma postura crítica que tende cada vez mais a ser superada, que considera Mateus um texto sem qualidades literárias. Tal postura é imprescindível para que seu intérprete não incorra em erros de base. O segundo aspecto encontra-se no caminho escolhido para acolher esse tipo de literatura. A proposta é analisar a importância que o gênero literário – biografia greco-romana – desempenha na economia do texto, bem como dar atenção ao narrador e às estratégias que utiliza para organizar a narrativa e, desse modo, comunicar-se com o leitor. Optei pela análise desses aspectos em um segmento específico do evangelho: os três primeiros capítulos, que devem ser considerados um guia proposto pelo narrador para a compreensão do livro.

REFERÊNCIAS

AUNEAU, J. et al. *Evangelhos sinóticos e atos dos apóstolos*. Trad. M. Cecília de M. Duprat. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. 298 p. (Biblioteca de Ciências Bíblicas).

BERGER, K. *As formas literárias do Novo Testamento*. Trad. Fredericus Antonius Stein. São Paulo: Loyola, 1998. 366 p. (Coleção Bíblica Loyola, n. 23).

BÍBLIA Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. revista e atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BULTMANN, R. *History of the Synoptic Tradition*. Trans. John Marsh. Revised ed. Peabody: Hendrickson, 1963. 462 p.

_____. *Teologia do Novo Testamento*. Trad. Ilson Kayser. São Paulo: Teológica, 2004. 925 p.

BURRIDGE, R. A. *What Are the Gospels? A Comparison with Graeco-Roman Biography*. New York: Cambridge University Press, 1999. 292 p.

CARTER, W. *O evangelho de São Mateus: comentário socio-político e religioso a partir das margens*. São Paulo: Paulus, 2002. 712 p. (Série: Grande Comentário Bíblico).

CULLER, J. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999. 140 p.

DIBELIUS, M. *La historia de las formas evangelicas*. Trad. Juan Miguel Diaz Rodelas. Valencia: Edicep, 1984. 315 p.

ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 158 p.

FRIEDMAN, N. Point of View in Fiction: The Development of a Critical Concept. In: SCHOLLES, R. (Ed.). *Approaches to the Novel: Materials for a Poetics*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1961. p. 113-42.

HAGNER, D. A. *Matthew 1-13*. Dallas: Word Books, 1993. v. 1, p. 1-407. (Word Biblical Commentary).

KINGSBURY, J. D. *Matthew*. 2. ed. Philadelphia: Fortress, 1986. 133 p. (Proclamation Commentaries).

KÖSTER, H. *Introducción al Nuevo Testamento: historia, cultura y religión de la época helenística e historia y literatura del cristianismo primitivo*. Trad. Javier Lacarra y Antonio Piñero. Salamanca: Sígueme, 1988. 905 p. (Biblioteca de Estudios Bíblicos, n. 59).

KÜMMEL, W. G. *Introdução ao Novo Testamento*. Trad. João Paixão e Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1982. 797 p. (Nova Coleção Bíblica n. 13).

LESKY, A. *Historia de la literatura griega*. Versão espanhola de José Maria Díaz Regañon e Beatriz Romero. Madrid: Editorial Gredos, 1969. 1003 p.

MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 520 p.

MOULE, C. F. D. *As origens do Novo Testamento*. Trad. Josué Xavier. São Paulo: Paulinas, 1979. 270 p. (Nova Coleção Bíblica).

PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Trad. Gilson Cesar Cardoso. São Paulo: Paumape, 1992. v. 4. 258 p.

STANTON, G. N. *Jesus of Nazareth in New Testament Preaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 207 p.

TALBERT, C. H. *What Is a Gospel? The Genre of the Canonical Gospels*. Philadelphia: Fortress, 1977. 147 p.

_____. Once Again: Gospel Genre. *Semeia*, Atlanta, n. 43, p. 53-73, 1988.

_____. Biography, Ancient. In: FREEDMAN, D. N. (Ed.). *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992. v. 1, p. 745-749.